

# Combate à pobreza exigirá inversões de US\$ 20 bilhões

por Claudia Izique  
de São Paulo

O Brasil terá que investir recursos adicionais da ordem de US\$ 20 bilhões, nos próximos doze a quinze anos, para tentar solucionar os efeitos de uma estrutura econômica dual e marginalizante, fator determinante da pobreza de maior parte da população. Isso significará elevar os gastos sociais do Estado, atualmente ao redor de 9% do Produto Interno Bruto (PIB) anuais, para 14%, na avaliação de Hélio Jaguaribe, decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), do Rio de Janeiro.

A eficiência na alocação desses recursos, entretanto, é condição fundamental. "É preciso mobilizar recursos adicionais, recuperando a solvência do setor público que, nos últimos anos, sugava 2% da poupança nacional", diz. O ideal seria que o setor público retomasse o mesmo patamar de contribuição dos anos 70, quando participava com 5% do PIB. Nessas condições, o Estado poderia recuperar o fôlego e ampliar os investimentos sociais.

Jaguaribe estima que 60% da população brasileira mantém-se vinculada a uma "economia primitiva", numa situação de miséria e ignorância, acoplada a uma economia de mercado dinâmica. A reintegração dessa população é o principal desafio dos anos 90. Ele sugere, todavia, que esse processo seja rápido, antes que se perca, como diz, a possibilidade de se resolver conflitos de uma forma democrática e consensual. "Caso contrário seremos uma nação condenada ao apartheid", prevê.

Um programa de incorporação dessa população que Jaguaribe considera "marginalizada" será tarefa difícil e esbarrará numa estrutura fortemente concentradora de renda. A distribuição de renda no Brasil é das mais assimétricas e menos equitativas que a maioria dos países, constatou o Banco Mundial (BIRD), no seu relatório sobre a pobreza, divulgado em agosto. Essa desigualdade distingue áreas urbanas e rurais e circunscreve famílias numa situação crescente de pobreza. Em 1980, segundo o BIRD, 17,7% da população brasileira tinha uma renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo. Em 1987, esse percentual

elevava-se para 23,3%. Essa situação, segundo o BIRD, "é resultado de políticas econômicas inadequadas ou omissas", que têm nos gastos sociais do governo a maior expressão de seu fracasso.

Uma pesquisa do IEPES projeta um cenário preocupante: se o Brasil crescer em torno de 6% ao ano, mas a sua população aumentar 3,2% e a população economicamente ativa ampliar-se em torno de 3,2%, o Brasil terá no final deste século uma taxa de desemprego da ordem de 30%. É fundamental, ele diz, promover uma reforma na estrutura ocupacional do País, através, por exemplo, de incentivos às empresas com utilização intensiva de mão-de-obra e uma reforma agrária que crie situações de emprego.

Eduardo Gianetti da Fonseca, professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, considera que o Estado tem que distribuir renda e transferir riquezas através da educação, merenda escolar e serviços de saúde, para garantir oportunidades de desenvolvimento do capital humano mais jovem. Na área da educação, por exemplo, todo o esforço do Estado, deveria ser feito no redirecionamento de recursos, e não necessariamente com expectativas de maiores gastos.

Os anos 90, ele prevê, representam um desafio "brutal", principalmente "se levarmos a sério a abertura da economia e as fortes restrições fiscais". Mas o esforço na formação do capital humano, em sua avaliação, é parte crucial da modernização da economia. O governo terá aí um papel fundamental: o de organizar esforços do setor privado para não duplicar investimentos.

Na área da educação, diz Fonseca, caberia ao Estado garantir a qualidade do ensino, mantendo normas de qualidade do sistema financiando o setor privado. "O Estado deve financiar mais do que oferecer", afirma. Esse financiamento, sugere, poderia ser feito através de vales — mensalidades distribuídas pelo governo entre as famílias carentes, facilitando-lhes o acesso à educação.

Em sua opinião, a qualificação é pré-condição para a distribuição da renda, já que dá aos cidadãos a possibilidade de defender seus interesses com competência no mercado de trabalho.